


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1007142-96.2017.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

LUCIANO ADRIANO REQUE propõe ação declaratória de nulidade de ato administrativo c/c pedido de liminar 'inaudita altera pars' em face do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO, alegando, em síntese, que, em 2014, ao tentar renovar a sua CNH, se deparou com impedimento imposto pelo requerido, que teria instaurado Procedimento Administrativo nº 0002355-3/2012 para a suspensão do seu direito de dirigir, sem qualquer notificação anterior, com base em infração cometida em 07/07/2012. Que impetrou Mandado de Segurança para o fim de desbloqueio de sua CNH até o trânsito em julgado administrativo, o que lhe foi concedido. Aduz que, em maio de 2017, recebeu notificação do requerido informando que a CNH estaria bloqueada desde 09/05/2017 devido a não apresentação de recurso ao CETRAN. Afirmo, contudo, que protocolou o recurso em 27/08/2015 e que não foi notificado da decisão proferida pelo CETRAN. Afirmo, ademais, que em 22/07/2014, foi instaurado o processo administrativo nº 1035/2014 e que, já no mesmo dia, foi exarada a decisão que o penalizou com a suspensão da carteira, sem que tenha sido oportunizado prazo para sua defesa. Que o CETRAN recebeu o recurso e requereu o retorno dos autos à autoridade trânsito para anexação do Auto de Infração que originou a aplicação da penalidade, sem que lhe fosse dada vistas para que se

**1007142-96.2017.8.26.0566 - lauda 1**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

manifestasse, em claro cerceamento de defesa. Requer, liminarmente, a imediata suspensão do Processo Administrativo nº 1035/2014, e, ao final, requer que: a) seja reconhecida a nulidade da decisão proferida na data de 22/07/2014, no referido processo, vez que não respeitado o prazo mínimo para defesa; b) seja declarada nula a decisão que penaliza o autor na revelia, tendo em vista que apresentou o recurso cabível; c) seja declarado nulo o julgamento proferido pelo CETRAN em 02/08/2016, porque não foi dada vistas para sua manifestação sobre documentos anexados ao processo. Com a inicial vieram documentos às fls. 08/177.

Decisão de fls. 178/179, deferindo a antecipação da tutela para determinar que o requerido suspenda os efeitos do Processo Administrativo 1035/2014.

Contestação (fls. 185/190) em que se alega que: a) após a concessão da segurança no mandato ajuizado nesta vara, a decisão foi anulada, sem prejuízo de prosseguimento do processo; b) que ao contrário da alegação de que o recurso ao CETRAN não foi julgado, o julgamento à JARI ocorreu, conforme fls. 177, embora não tenha sido registrado no sistema informatizado; c) que o processo administrativo tramitou manualmente e já foi indeferido pelo CETRAN; d) que não houve cerceamento de defesa, pois, no processo administrativo de trânsito, a diligência é uma fase destinada à convicção do julgador e que a Resolução CONTRAN não prevê a manifestação do condutor sobre ela; e) que as informações obtidas não são consideradas documentos novos, já que o auto de infração foi assinado pelo próprio condutor e é fornecido pelo órgão julgador; f) que sem a demonstração de prejuízo concreto não devem ser reconhecida a nulidade do processo por supostos vícios procedimentais; g) que esgotada a via administrativa, não há base legal para retirar a anotação no RENACH e permitir a renovação da CNH, sem que antes a parte autora cumpra a penalidade imposta.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do NCPC, pois a prova documental é


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

De rigor o reconhecimento de que tem razão o autor no seu pleito.

Como decidiu o TJSP, no processo administrativo há a "necessidade de estrita observância aos primados do devido processo legal, contraditório e ampla defesa" (Ap. 1003626-17.2016.8.26.0077, Rel. Djalma Lofrano Filho, 13ª Câmara de Direito Público, j. 21/09/2016).

Os elementos coligidos indicam que não houve a observância do devido processo.

Verifica-se, conforme documentos acostados às fls. 15/16, que na mesma data de 22/07/2014, foi instaurado em desfavor do autor o procedimento de suspensão da CNH e, imediatamente, aplicada a penalidade.

A defesa prévia (fls. 17/37) que o autor apresentou foi protocolada antes da instauração do processo administrativo, tendo, portanto natureza provisória, já que carecia o autor do conhecimento adequado da imputação para providenciar uma defesa a contento.

Instaurado o procedimento pela autoridade administrativa, deveria ter sido oportunizada nova defesa em homenagem ao devido processo legal e à garantia do contraditório e da ampla defesa.

Até porque este é o mandamento previsto na Resolução n.º 182/2005 do CONTRAN, a qual dispõe sobre a uniformização do procedimento administrativo para imposição das penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação da Carteira Nacional de Habilitação.

Determina o art. 10, parágrafo quarto, que: "Da notificação constará a data do término do prazo para a apresentação da defesa, que não será inferior a quinze dias contados a partir da data da notificação da instauração do processo administrativo" (grifos nossos).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

A despeito de o réu alegar (fls. 186) que houve a anulação da decisão prematura proferida em 22/07/2014, não há nos autos prova de que tal providência tenha sido tomada.

A liminar do mandado de segurança, concedida em 10/09/2014, teve como efeito tão somente a suspensão da atribuição dos pontos no prontuário do condutor até o trânsito em julgado administrativo da decisão confirmativa.

E de fato não há prova de que houve notificação com novo prazo para a defesa.

O processo administrativo seguiu e a anulação desde a supressão dessa oportunidade para a defesa é imperativa; aliás, trata-se de equívoco indiscutível e que deveria ter sido reconhecida pelo CETRAN, o qual indevidamente ignorou a grave falha formal no julgamento copiado às fls. 172/174.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a ação para DECLARAR A NULIDADE do processo administrativo de cassação do direito de dirigir nº 1035/2014. O órgão de trânsito deverá retomar o processo administrativo com a notificação inicial de instauração do processo administrativo, assinalando o prazo para apresentação da defesa e observando a partir daí o procedimento previsto na resolução pertinente do Contran.

Confirmo a antecipação da tutela deferida às fls. 178, para que seja mantida a suspensão dos efeitos do PA 1035/2014, até o trânsito em julgado do processo judicial.

Sem verbas de sucumbência no Juizado da Fazenda Pública.

P.I.

São Carlos, 31 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**